



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: TerritórioPlanejamento, Desenvolvimento e Conflito

**O Território Usado a partir da percepção das camponesas do
assentamento Eli Vive II- Londrina-Pr.**

Andicléa Carla Larangeira Ribeiro¹
Bianca Gomides Tavares Silva²
Nelma dos Santos Assunção Galli³
Sandra Maria Almeida Cordeiro⁴
Thaís Aparecida de Souza⁵

Resumo. O artigo aborda o conceito de território usado e a sua relação com as famílias do assentamento rural Eli Vive, principalmente com o protagonismo das camponesas no desenvolvimento da horta sustentável. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre território e a partir dos relatórios de trabalho de campo dos discentes, retratou-se as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do coletivo de mulheres na busca pelo seu espaço e por melhores condições de vida, a luta e a resistência marcam a afirmação de direitos em uma sociedade de mercado e a garantia pela sobrevivência neste território.

Palavras-chave: Território; Assentamento Rural; Mulheres Camponesas.

Abstract: The article addresses the concept of used territory and its relationship with families in the Eli Vive rural settlement, mainly with the leading role of peasant women in the development of sustainable gardens. A bibliographical review was carried out on the territory and, based on the students' fieldwork reports, the social, political, economic and cultural relations of the collective of women were portrayed in the search for their space and better living conditions, the struggle and resistance mark the affirmation of rights in a market society and the guarantee of survival in this territory.

Keywords: Territory; Rural Settlement; Women; Peasant women.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: carla.larangeira@uel.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: bianca.gomides@uel.br.

³ Assistente social, mestre, aluna especial de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail:

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail:sandracordeiro@uel.br

⁵ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: thais.souza1984@uel.br.



I. INTRODUÇÃO

O território é conceito analítico a partir de seu uso, portanto, ao falar de território usado, compreende-se a abordagem que percebe a partir da ação humana sobre ele, das representações criadas, sobre toda sua potencialidade de vida e reprodução do cotidiano.

Este artigo reflete sobre o território a partir da perspectiva de um grupo de mulheres camponesas que residem no assentamento rural Eli Vive II. Integra os estudos realizados pela disciplina ofertada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) denominada "A lógica territorial na gestão das políticas sociais" ministrada por docentes do Serviço Social e da Geografia. A proposta da disciplina foi uma atividade de campo que se viabilizou em uma visita realizada no dia 09/12/2023 no assentamento, localizado a 61km de Londrina, que requereu dos discentes um olhar sobre esse território, buscando captar a vida no lugar, expressando o sentido desse para as pessoas que ali residem. Trata-se de uma ocupação rural e atualmente é regulamentado como um assentamento da reforma agrária, que produz alimentos e renda para 500 famílias divididas entre dois assentamentos: o Eli Vive I e o Eli Vive II.

Para a construção deste artigo utilizou-se de revisão bibliográfica, seguida dos relatórios do trabalho de campo das discentes que participaram da atividade realizada no assentamento Eli Vive II. A revisão bibliográfica se deu a partir de acervos bibliográficos, que trataram dos temas discorridos em sala de aula que se iniciou em setembro de 2023 encerrando com o trabalho de campo em dezembro de 2023.

II. Discorrendo sobre o Território Usado

O conceito de território perpassa várias áreas do conhecimento e, tem sido objeto de análise para inúmeras políticas públicas no Brasil que visam ampliar o olhar para além do problema, sobretudo, compreender a sua construção, particularidade, localidade, globalidade e a sua subjetividade dentro de um determinado espaço territorial. Para tanto, buscamos como referência principal os estudos do professor Milton Santos, um dos grandes expoentes que trataram sobre a temática.

Para uma melhor compreensão do assunto, apresentamos a distinção entre espaço e território, segundo Santos

O espaço contém o território modelado, configurado; o território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. (1997, p.271)



Para o autor os objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território, isto é, usado, reorganizado, configurado, normatizado e racionalizado, são parcelas territoriais formadas no espaço, as quais Santos denomina de territórios locais normativos, ou seja, novamente ele recorta o espaço para compreender o território, porém, com uma concepção mais ampla e profunda deste conceito.

Esta distinção é afirmada por Raffestin quando diz que é essencial compreender que o espaço é anterior ao território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço. [...] O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si."(1993, p.73)

Neste sentido, o território pelo qual buscamos refletir é um conceito derivado, e como um recorte do espaço traz consigo a marca da ação humana. Como estabelecido pelo próprio Santos (2006) o território é o chão mais a identidade, ou seja, é associação do homem com a natureza em um novo espaço socialmente construído.

O autor, afirma que o território possui uma dimensão relacional e histórica, "o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas, a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho.(SANTOS, 1994, p.24)

Não se trata de coisas sobrepostas em um lugar geográfico: a terra, a natureza, o indivíduo e um sistema no espaço territorial. O que ele destaca é que a definição de território se encontra exatamente na condição da relação entre esses elementos, pelos quais se dá por meio do trabalho. Portanto, o território passa a ser melhor entendido a partir da denominação de território usado ou território vivido. De maneira oportuna ressaltamos aqui a dimensão histórica do território, a paisagem, a cidade, as ruas que caminhamos, é o território usado, sendo assim, este é o espaço geográfico historicizado, ou seja, pelo uso de um povo ou nação.

É importante salientar que o território ganha sentido para ser uma categoria de análise social por ser usado, conforme Santos et al (1998, p.15) "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social". Nesta ótica, como bem pontuado pelo professor, a busca pela compreensão dos problemas socio-territoriais é possível a partir da análise do território ou melhor, das relações que são desenvolvidas neste território, com a finalidade da produção e reprodução das relações sociais.

Olhar o território por esse viés de interpretação (relacional) também admite que não existe ambiente estático, como afirma Sposati (2013), existe um movimento. Neste movimento



coletivo, a depender das necessidades sociais de cada território, recursos e conhecimentos disponíveis, são apresentadas determinadas respostas. Isto, Santos reiterou em seus estudos, que a relação entre homem e natureza se dá por meio do trabalho e com a utilização da técnica e da ciência que evidente em cada tempo histórico.

A construção do território contou com as novas técnicas e com os avanços do conhecimento científico ao longo dos anos e influíram tanto nos modelos de cidades que temos hoje, como nas relações sociais que regem cada território. Santos (2005) em suas produções, chegou a definir este tempo atual como técnico, científico e informacional, dimensões que caracterizam a ordem global do espaço e território

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico científico e informacional, produtor de verticalidades. Já a ordem local diz respeito a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação, pela contiguidade, que Milton vai também denominar de horizontalidades. (Santos, 2005, p. 254)

O sistema informacional, por exemplo, atua no território criando a intersetorialidade, entre o mundo e a sociedade nacional ou local. Porém, ainda, segundo o autor, que o global aja impondo um sistema de normas, economias e modo de vida, que deveria reger todas “as criaturas”, denominado como verticalidades, o local, o espaço da convivência e da proximidade, prova que, a despeito das influências existentes, a realidade local contém uma característica de resistência ao impetrar novas formas de agir, de construir, de gestarem suas vidas, é no local que se oportuniza o pensamento diferente, anti-global por vezes, a isso Santos, chama de horizontalidades.

Segundo o geógrafo, o território é “a arena da oposição entre o mercado –que singulariza– e a sociedade civil –que generaliza– e o território, em suas diversas dimensões e escalas”. (2005, p.259). Fica evidente a concorrência pelo uso do território, seja ele como abrigo ou recurso, em espaços onde há a predominância de interesse do mercado, ocorre um maciço investimento de tecnoesfera em detrimento de outros lugares ditos para o uso da moradia. Ao falarmos sobre o processo de implementação do mecanismo chamado tecnoesfera, que abarca a soma da técnica, da ciência e da informação à determinado território, ou seja, vias, infraestrutura e toda a modernização em termos de tecnologia, como: internet, energia, iluminação, acessos e fluidez que se destacam no espaço, é indispensável também a psicoesfera, a interferência no modo de pensar, modelando uma mente para tal desenvolvimento ou projeto esperado.

Isso fica evidente quando tratamos das disputas de interesses individuais e interesses coletivos no território, essa realidade comporta uma desigualdade socioespacial, com a



interferência do mercado no território fazendo uso, principalmente, da tecnoesfera gerando espaços cada vez mais aptos a produção e escoamento desta produção. É aqui que muitas vezes reside a verticalidade, ou a imposição de normas, técnicas e organização sobre o local, donde se faz necessário a elaboração de estratégias que possam reverter a lógica predominante ou apenas mostrar mais de um caminho na construção do espaço urbano.

Perceba que voltamos onde iniciamos, na concepção de território usado, o uso do território é a categoria de análise para entendermos os mecanismos usados no processo de construção de uma cidade ou território, seus significados, finalidades e a mentalidade formada para que os eventos ocorram como eles ocorram.

É nesta perspectiva do que seja o território e como se desenvolve as relações, que o Serviço Social tem caminhado na apropriação deste conceito, do campo da geografia, para pensar as problemáticas do território que aparecem à profissão e às políticas sociais, propiciando pensar o território a partir do próprio território.

III. AS CAMPONESAS DO ELI VIVE II

A partir das inquietações sobre a vida das pessoas no assentamento Eli Vive II, decidiu-se elaborar conjuntamente um texto que abarcasse o conhecimento adquirido, e como forma de tentar colaborar com a continuação da história deste território de reforma agrária, disseminando suas marcas de força e resistência, principalmente num cenário em que o agronegócio avança cada vez mais.

O assentamento Eli Vive II, está localizado no distrito rural de Lerroville, 61 km distante de Londrina e 336 km de Curitiba – capital do estado do Paraná. O assentamento era propriedade de uma antiga fazenda Guairacá, abrange área de 5.822,26 ha onde estão registrados 399 lotes, sendo que o maior e o menor lote são, respectivamente, 16,5 ha e 7,8 ha. Já o Assentamento Eli Vive II, local escolhido para o trabalho de campo, antiga fazenda Pininga, compreende área de 1.495,53 ha, possui 110 lotes registrados, sendo que o maior lote e o menor lote são de 15,06 ha e 8,01 ha, respectivamente (CALDARELI; CAMARGO, 2023).

Prestes a completar 15 anos, esse assentamento tem mais de 7.000 hectares, possui um mercado local, uma cooperativa agroindustrial, uma escola estadual e municipal, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e espaços de convivência, denominado Marielle Franco e, é composto por aproximadamente 3.000 pessoas. O assentamento compreende duas brigadas de aproximadamente 50 famílias, indicando desta maneira sua organização econômica, social e política, enquanto espaço usado para se viver e produzir. No local está



organizada a associação de mulheres camponesas produtoras de alimentos agroecológicos, denominado de Projeto Sacolas Camponesas.

No campo teórico, no decorrer da disciplina, categorias possibilitaram a análise do território, no qual vislumbra muito mais do que um local de morada. Amplia-se sua concepção para uma dimensão histórica que constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Santos revela que a riqueza da localização e a importância da acessibilidade se dão por meio por uma série de elementos,

[...] cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão dependente de sua localização no território. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, p. 81)

Direcionando o foco aos assentamentos da reforma agrária, em especial o que representa o estudo aqui proposto, este passa a representar um espaço onde novos laços de sociabilidade são estabelecidos, construindo uma nova coletividade, marcada pelo encontro de trajetórias individuais e coletivas.

O processo de observação na visita de campo já se iniciou com a recepção do grupo, apresentação da associação de mulheres camponesas e interação entre os presentes. A partir disso cada discente ficou livre para as abordagens individuais junto às mulheres, estabelecendo um diálogo que perpassou pela trajetória e busca por um “lugar” de vida e de trabalho, sendo este materializado com a posse da terra, remetendo ao sentido de reterritorialização, pois “não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial".

(...) o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. (HAESBAERT, 2007, p. 20).

A recepção se deu por um grupo de mulheres que fazem parte do coletivo “Mulheres Camponesas”, cada participante do grupo se apresentou dizendo o nome e tempo que participa do coletivo, algumas estão desde o início e outras há menos tempo. Para nos receber foi preparada uma mesa farta com diversos produtos que são feitos de forma artesanal, vale lembrar que, em nossas observações, foi perceptível a satisfação de cada uma que produziu aqueles pratos. A recepção teve uma importante atenção voltada ao grupo por parte das camponesas, que compartilharam conosco não só suas habilidades culinárias, mas também momentos e vivências das suas vidas, do local onde moram e do sentido que cada alimento tem em suas vidas.



As sacolas camponesas, surgiu a partir da permanência dessas mulheres nesse território, e como elas destacaram “a mulher trabalha em lote normal, com a plantação de soja e milho, mas não tem uma renda fixa”. Então sentiu-se a necessidade de gerar renda a partir do plantio de hortaliças, pois segundo relatos, “o consumo dentro da própria família é uma realidade e acaba que se compra verdura mesmo tendo a terra para produzir”. Foi então que a partir de várias conversas, surgiu a ideia de iniciar a produção de espaços de hortas, mesmo que esse servisse para a alimentação saudável das próprias famílias desse território, foi daí que se formou um coletivo com a união destas mulheres.

No início eram em torno de 40 mulheres, atrelado a um projeto de extensão da UEL, que sugeriu, o plantio de verduras, e a possibilidade do fortalecimento desse coletivo. Logo, deu início as plantações e como resultado eram levadas sacolas com as hortaliças para serem comercializadas no espaço da universidade. Como resultado, chegou à renda, além de produzir alimentos saudáveis para a família tanto do assentamento, como os de fora que iam adquirindo.

Cada lote recebia a plantação, como o pimentão, a berinjela, o jiló, o alho-poró, a chicória, sempre buscando a variedade, que segundo elas juntando dá um montante grande e variedade de produtos.

Um dos relatos de uma das camponesas retrata como algumas se mantinham antes da produção e faz uma comparação com momento atual

“Tipo assim, não é o caso de todas, mas eu sempre trabalhei na diária, cortando vassoura, carpindo, quebrando milho, tinha bastante quebra de milho, mas cê trabalhava o dia todo pra ganhar 50, 60 reais pela diária, agora já dá mais alto”.

A fala dessa mulher destaca que o percurso percorrido com o trabalho fora do assentamento e as condições que perpassavam o trabalho anteriormente, o ganho não era suficiente, agora com o projeto da horta e, da produção de alimentos sem agrotóxicos, além de trazer mais facilidade no manejo, também proporcionaram um melhor rendimento. Mesmo diante da dificuldade com a água nos lotes, relatada pelas mulheres na visita, o trabalho da horta, no assentamento Eli Vive II, ainda se mostra mais vantajoso.

O trabalho foi distribuído e organizado (cada uma tem a sua horta), trazendo uma diversificação de produtos que posteriormente são organizados para a distribuição e comercialização. Com a vinda da pandemia, as vendas ficaram prejudicadas, as camponesas buscaram fazer as vendas a partir de um site,

“mandava a lista de produtos que tinha disponível, aí eu vou no site, na verdade estamos tentando ver se a gente cria um site bom, porque a gente tava usando o google formulário, mas tá dando problema.”



Foi então, que os técnicos da Cáritas, presentes através dos serviços da Política de Assistência Social, estão retomando a assessoria, buscando o rodízio das verduras, divisão de serviço, entre as mulheres, para participar das feiras, tudo é rodízio, assim uma na feira e outra vai na entrega da sacola.

O desenvolvimento do trabalho e da luta pelo território das camponesas do assentamento Eli Vive II conta com as histórias singulares de cada uma destas mulheres, entre elas, temos o relato de uma mulher que a sua trajetória se iniciou em Foz do Iguaçu, cidade fronteira entre Brasil-Argentina-Paraguai, já acompanhando seus pais em acampamentos da reforma agrária e transitando por diversos acampamentos dentro do Movimento dos Sem-Terra, vivenciando um processo de formação social e política.

A territorialidade é encontrada no sentimento ligado a identificação com um movimento social, mediado por interesses comuns, que aqui especificamente é a posse da terra. Conforme Saquet (2009) o território seria então o resultado das mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais estabelecidas, uma vez que não há territórios sem uma trama de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, sendo um espaço de controle.

Esta entrevistada, atualmente encontra-se na faixa etária dos 60 anos e, relata que somente em 2008 lhe foi concedida a posse da terra no assentamento Eli Vive II, o que possibilitou a construção de sua identidade e enraizamento territorial.

A vinculação ao movimento nacional, permeado de princípios organizativos possibilitou a mesma apreender a constituição e construção do território, a partir dos seus usos, significados. Esse reconhecimento, segundo Santos e Silveira (2001, p.11) indica uma “divisão territorial do trabalho e em círculos de cooperação, o que, ao mesmo tempo, permite pensar o território como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo”.

Contudo, observamos em sua fala desafios cotidianos, que são postos mesmo após o seu assentamento, que remete a oferta de políticas sociais, que até o presente se mostram insuficientes ou mesmo inexistentes.

No âmbito da proteção social, mediante o relato, podemos analisar que interfere no processo de reterritorialização. Estes desafios perpassam pelas condições de habitabilidade, pois inexistem uma linha de crédito que permita aos assentados a construção da moradia, o acesso a água encanada, energia elétrica e a produção rural/uso da terra. Esse elemento está vinculado a manutenção de sua sobrevivência, pois com a posse da terra há a necessidade de produção, para consumo e comercialização, especificamente no caso da entrevistada, houve a opção pelo arrendamento, sendo a forma mais rápida de acessar a renda.



Outro relato de uma componente do grupo que é mais nova em idade, diz estar no assentamento há um ano. A mulher relata ainda que havia sido assentada em outros momentos da vida, mas que nos últimos anos residia no interior do Estado de São Paulo e vindo visitar uma amiga, conheceu o companheiro e após o casamento se mudou para o assentamento. Ao perguntar como estava sendo para ela essa nova realidade e a apropriação do território, relatou que estava se adaptando muito bem, que gosta da região, das pessoas, mas que sente bastante diferença na vida que tem hoje, em especial, porque está produzindo suas hortaliças. Destaca algumas dificuldades de relacionamento com o companheiro e de questões relacionadas ao uso da terra.

Além da dificuldade, precebe-se, que mesmo numa situação de fragilidade, as questões presentes em sua vida se mantêm em movimento, algo que deve ser atribuído à força coletiva do MST, o quanto o movimento influencia o olhar das pessoas para o mundo.

Quando se atua com políticas sociais, observa-se na maioria das vezes uma passividade e um medo das pessoas, especialmente mulheres, ao relatar violências e/ou outras situações, mas destaca-se a percepção de uma politização das pessoas, que em seu senso coletivo contribuem para que a comunidade se mantenha fortalecida.

Essa entrevistada relatou que como foi proprietária de um restaurante, possui experiência em reaproveitamento de alimentos e então tem trocado essa experiência com as outras mulheres do grupo buscando aproveitar o máximo, em especial, as frutas da estação.

Outro ponto que merece destaque é a formação educacional e política que essas mulheres tiveram pelo MST, pois antes de fazer parte do movimento, haviam abandonado a escola regular, e sabemos que o objetivo das ocupações pelo movimento não é apenas em produzir alimentos, mas também educação, saúde, vida, organização política, dentre outros.

Observa-se, ao estabelecer esse diálogo com essas mulheres, que a influência do movimento em suas vidas foi além do lugar de moradia, mas do estudo, da convivência, de uma maior autonomia, de uma saúde melhor, pois apesar de não ter uma UBS no território, a partir das falas das camponesas, destaca-se a noção de cuidado coletivo, pois ali todos se ajudam e trabalham em prol do bem-estar da comunidade.

O acesso a saúde só é possível com o deslocamento até a área urbana, o que em dias chuvosos é comprometido diante da precariedade das estradas rurais, destacam elas.

Já o acesso à educação foi possibilitado mais recentemente com o ensino fundamental, mas para o ensino médio é necessário o deslocamento para a “cidade” e daí os problemas que relatam, a dificuldade que essa população tem quando há períodos de chuvas, pois ficam impedidas de sair ou entrar nesse território. A entrevistada retrata que “quando chove, as pessoas não conseguem sair de seus lotes devido a lama, e as crianças e adolescentes ficam sem acessar a escola”. Mesmo diante de tantos desafios percebe-se a



constante mobilização das famílias juntamente com os adolescentes para que as estradas e ruas sejam pavimentadas, para a melhor locomoção das famílias residentes, porém, isto ainda não foi concretizado pelo poder público.

Um relato que chamou atenção foi em relação a escola, dizia que há assentados que preferem levar os filhos para Lerroville ao invés da escola do assentamento, destacando que os professores do distrito são os mesmos que vão até o assentamento.

A política de assistência social faz-se presente em programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e nos atendimentos sociais do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS itinerante, bem como a Cáritas, instituição de terceiro setor que atua no SFV. Nota-se, que as especificidades daqueles que vivem no campo não são consideradas na formulação e execução de políticas públicas.

O espaço rural, é um território formado segundo a dinâmica e a complexidade de todos os territórios, devendo ser entendido, para uma correta formulação de agendas e políticas públicas, de um ponto de vista mais complexo e, sobretudo, interligadas entre si. (BECHER; CORDEIRO; AMARAL Jr. 2023, p. 88)

O senso coletivo é destaque na manifestação realizada em frente a Prefeitura Municipal de Londrina no mês de novembro de 2023, contra a situação das estradas rurais do assentamento, que no total tem 109 quilômetros de vias de terra. “Está em estado de calamidade. Não temos mais o que fazer, não existe mais estrada. Chegou um ponto que não podemos nem chamar de carreador mais”, desabafou Sandra Flor Ferres, uma das lideranças da comunidade. (Bonde, 2023)

Figura 1: Manifestação dos moradores do assentamento Eli Vive



Fonte: Reportagem do jornal, o Bonde: 2023.

É possível apreender o espaço de organização política, mobilização, luta, resistência da população deste território. Silva (1998, p. 7) considera a cidade e o campo como “territórios



econômicos-políticos-culturais que se efetivam através de relações consubstanciadas via interdependência entre eles”.

Essas relações configuram arranjo e rearranjos na organização, reorganização e a conformação de novos territórios, os quais são formados a partir do espaço, ou nas palavras de Corrêa (1989, p. 52), é a “transformação pela sociedade da ‘natureza primitiva’ em campos, vilas, cidades, estradas, espaços de lazer”. Entretanto, essas organizações se dão em detrimento da existência de alguns mediadores sociais a exemplo do Estado que funciona, ora como elemento regulador e organizador de territórios, cujas relações se estendem do local ao global, não se restringindo, portanto, apenas às relações locais.

Em meio a tantos desafios, os assentamentos são transformados em espaços de vida e de trabalho, passando a conformar múltiplas identidades que são construídas por meio da vivência, resistência e luta por um projeto de vida.

Interpomos perguntando a uma das mulheres se está pretende em algum momento vender a propriedade ou deixar aquele lugar, a entrevistada respondeu com muita segurança “não, pois aqui é o meu lugar” e mesmo sobre pressão dos filhos, ali pretendia permanecer.

A consciência socioespacial de pertencimento diz respeito ao sentido de pertença, dos laços de solidariedade, ao sentido de pertencer e de se reconhecer como ator/sujeito ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. (Dourado, 2013, p. 10)

Esse sentimento não é algo natural, mas é uma construção humana/social e, portanto, histórica, que se desenvolve a partir das práticas que são estabelecidas no território e das representações espaciais. Compreender a dimensão da territorialidade traz elementos fundamentais para se pensar a proteção social na perspectiva da diversidade, a fim de que diferenças socio territoriais e especificidades socioculturais integrem as formulações e intervenções dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

Ainda sobre a visita a campo, no período da tarde, um segundo momento da visita, fomos ao lote de uma dessas mulheres, uma pioneira do assentamento que produz diversos tipos de alimentos, como hortaliças, tubérculos, ervas, possui árvores frutíferas, galinhas, observa-se que todo o trabalho que existe a ser feito nestes espaços, na maioria das vezes é feito pelas mãos das mulheres, e isso traduz o território, o lugar de vida. Ali a vida se complexifica, pois não é apenas o lugar que se mora, mas onde se cria a vida, produz o alimento, e continuamente se reproduz a vida. Portanto, o cotidiano destas pessoas está intimamente atrelado à terra. A permanência destas pessoas no lugar se dá pela sua ligação com a terra, com o alimento produzido de maneira respeitosa com o meio ambiente, sem agrotóxicos, demonstrando uma compreensão ampla sobre a vida e a comunidade.



Em meio a plantação, o docente⁶ nos fez explanações pertinentes ao território e de como essas produções são produtos de pertencimento e da terra visto que com um direito, assim como, este espaço é visualizado de uma forma diferenciada da mercantil, onde se planta o que se consome para a subsistência. Após essa aula no meio do campo, pudemos andar pela propriedade, ter contato com as plantações, degustar algumas frutas e vislumbrar os benefícios deste contato com a terra e vegetação

Figura 2: Área de plantação e cultivo do Assentamento Eli Vive II



Fonte: Grupo de estudantes e professores do PPG-UEL, 2023.

Ao pensarmos em tudo o que se produz naquele território, observou-se o engajamento do coletivo de cada família, reforçado a todo momento, pois não é apenas um membro da família que trabalha cotidianamente na terra para garantir o sustento, mas sim, todos que residem contribuem de alguma forma, mantendo a história e resistindo ao agronegócio que envenena a terra e destrói o ecossistema.

Teve-se a oportunidade nesta visita de adquirir as produções do grupo das mulheres, os alimentos colhidos por elas da terra, como as frutas, legumes, verduras, café e alimentos produzido também por elas, pães, bolos, doces. Esta troca é bastante significativa pois a partir do lugar, relações humanas foram construídas, tanto entre as mulheres e a natureza, quanto por nós e essas mulheres como relações sociais possibilitando uma rede, como estudamos nas aulas, as relações sociais que se realizam no plano vívido garantem uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo uma identidade posto que é aí que o homem se reconhece porque lugar é vida. Para Santos (1978), a utilização do território pelo povo cria o espaço.

⁶ Prof. Nilson Fraga ministrando aula no trabalho de campo do dia 09.12.2024



O lugar de vida se mostra não apenas como lugar da residência, mas lugar em que é possível manter viva a história e construir cotidianamente um futuro mais coletivo, mais autoconsciente e alinhado à natureza. Produzir seu próprio alimento garante uma força e um enraizamento cada vez maior das famílias que ali estão, pois é no cotidiano árduo que a dignidade da vida se mantém, a partir da força coletiva e resistência dos assentados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aula de campo foi oportuna tanto para um olhar social das relações, constituições familiares e vivências, quanto para oportunizar o encontro com outras estórias, como a noção de espaço, que como refletiu-se nas aulas pode-se reconhecer as características analíticas internas, como a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produtivo e os recortes espaciais, compreendendo questões que perpassam no cotidiano dessas famílias que vivem neste território se tornando um momento rico e essencial tanto para o processo formativo profissional, quanto pessoal com a experimentação de novas vivências.

As reflexões discorridas neste texto com enfoque para a abordagem de conceitos sobre território usado, retrata o cotidiano do coletivo das mulheres camponesas do assentamento Eli Vive II, permeado de lutas e desafios para manter a sobrevivência naquele território. É um assentamento rural da reforma agrária, território esse que passa a representar um espaço onde laços de sociabilidade, solidariedade são estabelecidos, construindo uma coletividade, marcada pelo encontro de trajetórias individuais e coletivas.

Esse coletivo de mulheres possuem uma formação educacional e política ofertada pelo MST, o que as torna engajadas e com senso da organização coletiva, destacamos o movimento não é apenas produzir alimentos, mas educação, saúde, vida, organização política, dentre outros.

Em meio a tantos desafios, o assentamento Eli Vive II, foi transformado em espaços de vida e de trabalho, passando a conformar múltiplas identidades que são construídas por meio da vivência, resistência e luta de um coletivo por um projeto de vida.



V. Referências Bibliográficas

- BECHER, C.; CORDEIRO, S.M.A.; AMARAL, J.C.Jr. **Proteção Social e Território Rural: o campo como lugar das vulnerabilidades sociais**, in Marília Conçalves Dal Bello; Sueli Godoy; Virgílio Manuel pereira Bernardino (orgs). Território e gestão de políticas públicas: contribuições do debate. São Carlos: Pedro & João editores, 2023. 147p.
- CALDARELLI, Carlos Eduardo. CAMARGO, Eliezer Ferreira. **Análise do Perfil Socioeconômico e Produtivo dos Assentamentos Eli Vive I e II em Londrina-Pr**. Revista Pluriversidade: Impactos Sociais dos Projetos Universitários". Universidade Federal de Pelotas, 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **As relações cidade-região**. In: CORRÊA, Roberto Lobato. A rede Urbana. N. 168, São Paulo: Ática, 1989.
- DOURADO, Auceia Matos. **Território, territórios**: identidade dos assentamentos de reforma agrária em questão. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA.
- Famílias do Eli Vive reclamam das más condições das estradas do assentamento**. BONDE, 2023. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/bondenews/politica/familias-do-eli-vive-reclamam-das-mas-condicoes-das-estradas-do-assentamento>> acesso em: 07 de março de 2024.
- HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia – Ano IX – nº 17 – 2007.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton ; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: Osal: Observatorio Social de America Latina. Año 6 16 (jun de 2005). Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.
- SPOSATI, A. **Território e gestão de políticas sociais**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n. 1, p. 05-18, jul/dez 2013.
- SANTOS, Milton. **“O Retorno do Território”**, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.), Território. Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p.15-20, 1994.
- SILVA, Anelino Francisco da. **A relação cidade-campo**: como analisa-la? Natal: Imagem Gráfica Editora, 1998.